

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE JULHO DE 2019

NÚMERO 7.471

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 059ª Sessão Ordinária realizada em 02/07/2019..... 2 Ata da 060ª Sessão Ordinária realizada em 03/07/2019..... 9</p> <p>Publicações Diversas Extrato..... 12 Ofícios..... 12 Portarias..... 14 Proposta de Emenda à Constituição 14 Projetos de Lei 15</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Mauro de Nadal

Nilso Berlanda

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Registra que esteve em Brasília participando do Seminário sobre o Plano Nacional de Educação, quando foi entregue a Carta de Florianópolis, aprovada no dia 7 de junho, no 1º Encontro Nacional dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação.

Salienta que a sua luta pela ampliação dos recursos na educação, o financiamento da educação básica, bem como a melhoria da qualidade da educação é permanente, destacando que na Lei do Fundeb o pleito é que a União entre com 40%. Menciona que muitos programas positivos estão sendo excluídos, como o ProUni e Fies reduzindo o seu tamanho, o Proinfância, enfim, todo projeto de educação básica que o Ministério da Educação apresentava está sendo destruído. Neste sentido, considera importante garantir o financiamento da educação.

Refere-se ao trabalho que vem sendo feito na Assembleia Legislativa, desde 2011, sobre a economia solidária, que é uma alternativa de renda e de trabalho. Fala sobre as diversas ações que foram implementadas, a

instalação da Frente Parlamentar da Economia Solidária, realizando diversas audiências públicas onde foi discutido o Projeto de Lei n. 124/2016, que estabelece a política estadual de economia solidária, que foi aprovado no final de 2018 e sancionado em 2019 pelo governador sem nenhuma alteração.

Comenta sobre a reinstalação da Frente Parlamentar, porque agora vem uma tarefa árdua, que é a implementação da Lei n. 17.702/2019, que precisa de regulamentação. Ressalta que o governo do estado precisa ver na Lei Orçamentária a Economia Solidária, pois os empreendimentos solidários precisam de capacitação, qualificação técnica e recursos para capital de giro e equipamentos.

Explica que, quando menciona economia solidária, fala de empreendimentos que são organizados a partir de associações, cooperativas que envolvem crédito solidário, que não têm uma relação de patrão e empregado, mas que têm uma relação de sustentabilidade, de transparência. Exemplifica com as cooperativas de material reciclável, feiras de artesanato e outras associações.

Enuncia a importância da economia solidária para Santa Catarina, falando sobre a taxa de desemprego no Brasil, que segundo o IBGE beira 12,5%, com 13,2 milhões de desempregados e 4,9 milhões que desistiram de procurar emprego, situação que se repete no estado, que teve 1.159 postos de trabalho fechados em apenas um mês, por isso é fundamental a economia solidária neste momento.

Agradece os deputados que estão na frente parlamentar, pois neste momento a economia solidária pode significar uma alternativa e garantia de trabalho, renda e dignidade. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Comunica que está na tribuna para prestar contas relacionadas à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comenta que ações pontuais e ampliadas causam um importante estreitamento de laços com a comunidade e entidades da área, e que a parceria com Ama, Apae e outras entidades são fundamentais para que a comissão consiga contribuir adequadamente.

Informa que, nestes seis primeiros meses, a comissão realizou 14 ações decisivas sobre vários temas, por exemplo, a Síndrome de Down, o Autismo, a inclusão, o mercado de trabalho para pessoas com Autismo, a residência inclusiva e as práticas pedagógicas, resultando em uma representatividade progressiva na sociedade, e cita os dados de alguns destes eventos que se destacaram.

Relata os próximos passos da comissão para o segundo semestre. Conta que serão mais 27 eventos, a continuidade do acompanhamento da tramitação do anteprojeto da Lei Catarinense de Inclusão e a finalização do Livro dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Agradece ao presidente da Casa, o Movimento Apaeano, e reconhece o trabalho dos deputados que participaram da comissão e que apóiam a inclusão. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Cita que no final de semana foi surpreendida com um vídeo nas redes sociais, que ataca todos os colegas parlamentares, afirmando que os mesmos são contrários a área da saúde e educação, quando votaram contra a redução do Duodécimo proposta por projeto de lei encaminhado pelo governador Moisés. Crítica fortemente o vídeo, justificando que ele é uma manipulação grosseira e política, acrescentando que este tipo de prática não pode ocorrer na Casa. Destaca que o mundo não está mais pautado pela oposição ou pela situação na política.

Salienta que não duvida da melhor intenção do governador quando propôs a redução do Duodécimo, em tese deve ter razão, e acredita que todos devem economizar neste novo momento, e que a redução de gasto público no geral tem que ser estabelecida. Mas considera inaceitável, inadmissível e

inconcebível é que qualquer voto que os deputados venham a manifestar seja consagrado contra a saúde e educação, porque são pautas que têm a unanimidade de todos os parlamentares.

Alerta a Casa para o desprezo que a sociedade tem à política, aos políticos e tudo que acontece na Alesc, mencionando que este tipo de atitude manipula a opinião pública. Solicita ao Presidente da Casa que seja realizada investigação para descobrir a origem do vídeo, pois no mundo tecnológico atual é possível à Polícia Civil saber de onde partiu, sendo que o objetivo não é expor a pessoa que fez o vídeo, mas sim conscientizar que é preciso olhar o estado com a grandeza que merece ser olhado.

Conclui, enfatizando que não votou contra a saúde e educação, assim como também os seus colegas parlamentares. O projeto de redução do Duodécimo proposto pelo governador foi votado de forma coerente e honesta por todos os deputados. Solicita, novamente, que o Presidente da Casa peça à Polícia Civil que faça uma investigação para se descobrir de onde partiu o vídeo, porque se a pessoa quer manifestar sua opinião no Estado Democrático, que assine e responda pelo que disse. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Deputada Paulinha, a Presidência pode interpretar o encaminhamento de v.exa. como denúncia e, ao mesmo tempo, enviar à comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Casa para que se faça as devidas investigações.

Deputada Paulinha - Eu agradeço v.exa. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Inicia parabenizando os bombeiros de Santa Catarina, os quais entregam sangue, suor e lágrimas para salvar a vida dos seus semelhantes. Pede ao governo do estado que cada vez mais fortaleça e valorize a instituição, bem como solicita a convocação dos excedentes do último concurso de bombeiros.

Destaca seminário promovido pela comissão do Idoso, ocorrido na cidade de Chapecó, referência no tratamento à população da terceira idade. Faz agradecimentos especiais aos que contribuíram para a realização do evento, fornecendo informações significativas que deverão ser transformadas em políticas públicas destinadas aos cidadãos idosos. Convida a todos para o próximo seminário, que acontecerá na cidade de Joinville, no mês de setembro.

Conclui, falando sobre projeto de sua autoria, relativo aos brinquedos adaptáveis, para que os mesmos possam ser utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais. Pede que os deputados analisem com atenção o projeto, pois trata da inclusão

social de crianças e adolescentes no estado de Santa Catarina. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSL

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Ao mencionar sua origem familiar, que é da pesca extrativista, afirma que o mar catarinense é a 'Amazônia azul', pois também movimenta a economia do estado.

Comenta que, ao assumir a presidência da comissão da Pesca e Aquicultura, com um trabalho árduo e do zero, compreende o quanto ainda tem para se investir na pesca extrativista, sendo que o estado catarinense é o número "um" na citada pesca e, por isso, acredita que se deve fomentar ainda mais esse setor para Santa Catarina continuar na liderança.

Fala sobre sua participação na audiência pública em Brasília recentemente, onde constatou que em relação aos peixes não se deu a devida atenção. Discorre a respeito de um estudo feito em 2013, sobre as tainhas que chegam ao litoral catarinense estarem diminuindo; porém, em 2018, houve uma das maiores safras registradas na história e, mesmo assim, no presente ano foi proibida a pesca industrial, sendo que as condições climáticas não foram favoráveis, o que prejudicou a pesca artesanal e a economia. Salienta que por 'achismo' a pesca industrial foi proibida e o setor sofreu defasagem. Ao se referir a portarias ultrapassadas, demonstra que a luta será intensa e, realmente, acredita que a pesca extrativista tem muito a contribuir para fomentar a economia de Santa Catarina.

Também, destaca a questão da criação da tilápia de água doce, a piscicultura, ao citar que a região da Amurel tem 1.500 produtores do citado tipo de peixe e que, anualmente, produzem 35 toneladas de filé, uma das maiores proteínas consumidas. Cita que a produção só não é maior porque não tem para quem vender. Assim, enfatiza que é um nicho a ser desenvolvido no estado e salienta que a comissão da Pesca, da Assembleia Legislativa, está à disposição para ajudar o segmento.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Comunica que há uma proposta de tornar obrigatória na merenda escolar o peixe fresco, além da pasta de banana verde. Parabeniza a fala do deputado e o desempenho frente à comissão que preside.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Informa que quando foi secretária de Educação, em Chapecó, a merenda escolar tinha no cardápio frutas, hortifrutigranjeiros, e aves, suínos, bovinos e, ao sair da referida pasta, já tinham incluído o peixe.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corroborar e parabeniza a fala do deputado. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Inicia o pronunciamento parabenizando as

atividades dos bombeiros militares e voluntários pelos serviços prestados no estado.

Comenta que algumas rodovias estão precisando de reparos e, em especial, a rodovia SC-135, que liga Porto União e Matos Costa. Acrescenta que esta rodovia apresenta problemas desde a revitalização, em 2003, devido à péssima qualidade do material e da obra.

Por fim, solicita que se faça a recuperação da rodovia, e se não for feita, que seja retirado o asfalto precário. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Por meio de apresentação de fotos, comenta a audiência pública realizada, em data anterior, no Clube de Caça e Tiro, no bairro de Itoupavazinha, em Blumenau, sobre a conclusão da SC-108, trecho que dá continuidade à Via Expressa. Acrescenta que é uma obra muito importante para o desenvolvimento daquele município, gerando empregos, além de promover a mobilidade urbana no Vale do Itajaí.

Finaliza, agradecendo ao governador do estado, Carlos Moisés, ao secretário da Infraestrutura, Carlos Hassler, ao prefeito de Blumenau e comunidade presente na referida audiência. Reforça que a Alesc fez a sua parte nos pleitos da comunidade, e espera que após os trâmites legais seja dado o andamento da imprescindível obra para o desenvolvimento de Blumenau e região.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela proposição da audiência pública, o governo do estado Carlos Moisés, o secretário de estado, Carlos Hassler, que esclareceu as condições no prolongamento da Via Expressa, SC-108, em Blumenau, iniciada em 2016, interrompida em 2017, sem contrato de supervisão, além de superfaturada. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSDB

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (Orador) - Discorre sobre projeto de lei de sua autoria, aprovado em 2014, na Assembleia Legislativa, sancionado pelo governador João Raimundo Colombo, em janeiro de 2015, o qual alterou o retorno do ICMS para os municípios que industrializam produtos para a exportação. Salienta que a Lei n. 16.559/2015, publicada no Diário Oficial do dia 20 de janeiro de 2015, permitiu que o ICMS incidente sobre produtos exportados não seja recolhido apenas nos municípios exportadores, possibilitando que o tributo beneficie os municípios onde se encontram as indústrias.

Apresenta dados que mostram o aumento orçamentário dos municípios produtores a partir do retorno dos tributos, beneficiando cidades como Nova Veneza, Lages, Ipumirim, Capinzal e Chapecó.

Fala que muitos deputados passaram a acreditar que o governador Moisés introduziu o retorno do valor agregado no ICMS a partir da publicação do Decreto Estadual n. 146/2019,

afirmando tratar-se de um grande equívoco. Salienta que a lei de sua autoria não prevê regulamentação, por isso entrou em vigor automaticamente no ano de 2015.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Conta que elogiou o governador do estado pelo decreto, pois acreditava que os municípios produtores ainda não estavam recebendo o aumento nos repasses de ICMS.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabeniza o deputado por historiar os fatos referentes à aprovação da lei. Enaltece a melhor distribuição da justiça tributária, favorecendo o estado de Santa Catarina.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Parabeniza o deputado e reconhece as melhorias advindas da lei de sua autoria. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Cumprimenta os Bombeiros Militares presentes, parabenizando-os pelo belíssimo trabalho de proteção da vida.

Quanto aos pronunciamentos feitos anteriormente, fala que o debate não é tão simples, que não é 90/10, e não é que todo o estrago fica para Itajaí, porque em outras regiões, como no caso dos dejetos de suínos e de aves da produção da agroindústria, também fica para os seus rios e propriedades. Quando há problemas climáticos, são estas regiões que sofrem, o governo não subsidia e igualmente Itajaí não paga. Diz que é um assunto muito complexo quando se discute o problema do ICMS sobre a origem e não sobre a matéria que é exportada. Observa ainda que não está se falando de redução de 90% do ICMS de Itajaí, mas da produção que é feita no município e que é tributada no Porto de Itajaí para exportação. Aponta que, mesmo assim, Itajaí está em primeiro no PIB catarinense, superando inclusive Joinville. Ressalta que esta questão precisa ser discutida com muita calma.

Outrossim, diz que o que estava em questão é se seria decreto ou lei, pois na avaliação do deputado Marcos Vieira já existe uma lei e não precisa ter decreto para isso. Entretanto, cita que não teve oportunidade de fazer a devida avaliação para saber se há alguma diferença.

Ressalta que não é justo que os municípios do interior do estado continuem pagando a conta das consequências, neste modelo de exportação, e não ficando com o imposto arrecadado. Diz que esta é a grande questão que precisa ser discutida com maior seriedade. Também entende que não pode ser uma briga de região, porque atinge todo o estado. Fala que o modelo existente é perverso, concentrador, e joga o imposto todo sobre Itajaí, e os municípios que produzem ficam com o pires na mão.

Traz ainda o tema da Reforma da Previdência, registrando que, às 16h,

acontecerá reunião na comissão Especial da Reforma da Previdência, quando será discutido o parecer final da relatoria. Diz que ao seu entendimento, embora o deputado Samuel Moreira seja menos cruel que o próprio governo Bolsonaro, a reforma está muito longe de não provocar um processo de aumento da pobreza nos municípios, pois mantém a proteção aos privilégios, além de poupar o sistema financeiro do aumento da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido, enquanto o trabalhador que recebe até dois salários mínimos por uma jornada de 40 horas terá que trabalhar mais e pagar mais para ter direito à Previdência.

Em linhas gerais, diz que hoje 70% dos municípios se movem pelos benefícios da Previdência e, com certeza, reduzindo estes benefícios e aumentando a idade e tempo de contribuição, automaticamente é retirada receita dos mesmos. Também alerta a classe média que está preocupada, de que o seu salário de aposentadoria vai diminuir, porque não é mais a média das maiores remunerações, é a média salarial ao longo da vida, além do fato de que ou é pensão por morte ou é aposentadoria, tem que optar por uma ou outra. Continua ainda o aumento da idade para os trabalhadores rurais, professores, e os trabalhadores de uma forma geral. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: MDB

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Lamenta a necessidade de vir novamente à tribuna para falar sobre a violência contra a mulher. Comenta que visitou várias entidades e representantes de diversos setores, e concluiu que todos contribuem para o fim da violência contra a mulher. Acrescenta destaque ao trabalho da Polícia Civil e Militar. Também ouviu mulheres vítimas de violência, e as mesmas afirmaram que, na prática, os resultados são precários.

Questiona a falta de unidade para combater o feminicídio, que acaba atrapalhando a efetividade e a produtividade, com isso, convida todos os deputados para participarem na próxima terça-feira, às 17 horas, da Frente Parlamentar Pelo Fim da Violência Contra a Mulher e Feminicídio, quando será assinado o Pacto por Elas.

Pede apoio aos deputados para combater o feminicídio e agradece ao presidente Julio Garcia por aderir ao Pacto por Elas.

Informa que Santa Catarina é o segundo maior estado com casos de violência doméstica, e também o segundo estado, proporcionalmente, em número de estupro. Comenta que a violência contra a mulher é um problema social coletivo, que precisa ser combatido no núcleo familiar e nos ambientes de trabalho e escolar.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Parabeniza pela criação de uma rede para fortalecer e ajudar a salvar vidas.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Comenta que todas as iniciativas

para combater a violência são válidas, e dá total apoio para que sejam discutidas ações e programas para atingir este objetivo.

[Taquígrafa: Sara]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00023/2019, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 039/16, de autoria do deputado Cesar Valduga, que torna obrigatória a divulgação de mensagem relativa à cirurgia plástica reconstrutiva de mama.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto em Plenário.

Relator: Deputado Coronel Mocellin.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminhou a votação da presente matéria o sr. deputado Maurício Eskudlark.

Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

DEPUTADO BRUNO SOUZA

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

DEPUTADO JERRY COMPER

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSO BERLANDA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA

DEPUTADO SERGIO MOTTA

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 26 votos “sim”, dois votos “não” e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00055/2019, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 486/15, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto em Plenário.

Relator da matéria: deputado Maurício Eskudlark.

Em discussão. Concede a palavra aos senhores deputados.

DEPUTADO MILTON HOBUS - “Diz que o projeto de lei ficou muito tempo na Casa, e que foi o relator. Foi oferecido um substitutivo global ao mesmo, que foi aprovado pela Casa e vetado pelo governador. Os argumentos para o veto, todos podem ser compreendidos, mas o alcance dessa lei para Santa Catarina e para a agricultura familiar é fantástica. Ela foi precedida de audiência pública, onde tivemos a Secretaria de Estado da Educação, a Secretária da Agricultura participando, e dentro das razões do veto, depois voltamos a conversar com o atual governo, e nós, inclusive, votamos na CCJ pela manutenção do veto, mas com uma condição, de reconstruirmos o projeto. Esclarece que o projeto não tem nada a ver com o dinheiro de Brasília para a compra da agricultura familiar, é um projeto que permite ao estado fomentar através da Secretaria da Agricultura, Epagri, e através dos setores como Educação e Segurança Pública etc., a produção direcionada para os órgãos públicos da região. Hoje o estado faz as licitações para os presídios, e a agricultura familiar da região onde existe o presídio nunca ganha essa licitação. São só os grandes que ganham, que compram lá no Ceasa, e agricultor nenhum fornece para o estado. Este projeto de lei foi debatido com as pequenas cooperativas que lotaram a Casa, todos estão esperando por isto. E eu estou votando pela manutenção do veto, com o compromisso do líder do governo de reconstruirmos os pontos que foram ressaltados pelo governo, para que possamos por em prática um projeto tão importante para os agricultores familiares de Santa Catarina, que vai colocar mais de R\$ 100 milhões por ano lá, comprando daquele que produz no campo, no interior do estado, e participando das licitações

sim de forma regional. Então, deixo este depoimento, deputado Maurício Eskudlark, porque v.exa. tem o compromisso conosco, de reconstrução desse projeto, porque o mesmo é de interesse dos catarinenses.”

DEPUTADO DOUTOR VICENTE

CAROPRESO - “O projeto é altamente meritório, trouxe ao Parlamento uma série de discussões amplas a respeito do assunto, porém há uma invasão nítida de competência, justamente do governador, ao criar obrigação de aquisição de percentual de produtos provenientes da agricultura familiar, entre outras inconsistências. Acho que o eminente deputado Milton Hobus, com o que acabou de falar, juntamente com o governo, poderiam progredir na elaboração de um projeto que venha por parte do Poder Executivo para contemplar o que se pretende. Portanto, não vejo como ele poderá prosperar nestes termos, e encaminho o voto pela manutenção do veto.”

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK -

“Corroborando as palavras dos deputados Milton Hobus e Dr. Vicente Caropreso, o projeto tem seus méritos, foi discutido, trouxe novas alternativas, mas contém algumas inconstitucionalidades, por exemplo, esbarra na Lei de Licitações, porque ele permite, o estado pode pagar até 30% mais caro do que outros produtos. Então, são questões que têm que ser regulamentadas, já existe uma lei estadual tratando da questão da compra da alimentação escolar, mas como houve este debate com as cooperativas, com os pequenos agricultores, houve muito avanço e foi um compromisso assumido pela Casa Civil do Governo do Estado, ou seja, pelo governo, quando debatemos na comissão de Constituição e Justiça, reconstruir este projeto, sanando essas inconstitucionalidades. Então, hoje o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, e vamos reconstruir junto com a Secretaria da Educação, com a Casa Civil um projeto para que possa facilitar a compra regionalizada e a compra da produção da agricultura familiar.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - “O projeto do deputado Dirceu Dresch foi dito aqui, discutido com o setor produtivo, e a Secretaria da Agricultura, da qual eu era secretário. Não tenho nenhuma dúvida do mérito desse projeto, o meu parecer é votar pela manutenção do veto porque tem itens que não podem ser cumpridos pelo Poder Público, mas queria, deputado Maurício Eskudlark, que tivéssemos o compromisso desse projeto voltar a esta Casa. Vai ficar difícil explicar para o pequeno produtor, para as pequenas agroindústrias e para as Associações de Produtores de que estamos nesse compromisso, votando pela manutenção de um veto que eles estão esperando, para poder agregar valor ao produto que vão comercializar. Então, tenho plena confiança que v.exa., e também acredito mais uma vez no

governo, que possamos sancionar esse projeto com um projeto enviado pelo Executivo, aproveitando aquilo que o deputado Dirceu Dresch e que nós discutimos aqui, na legislatura passada.”

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - “Eu vou falar em nome do líder, ele pediu que eu falasse, esse projeto de lei é de autoria do deputado Dirceu Dresch, que trabalhou este projeto, o conteúdo, que é meritoso, trabalhou muito com as cooperativas, com as Associações de Agricultores. Nós temos esta demanda, inclusive, exatamente no dia de hoje, reinstalamos a Frente Parlamentar de Economia Solidária. Isso para dizer, Presidente, que para nós este é um projeto muito caro, porque diz respeito especialmente a nossa região oeste ou as regiões que têm um forte apelo da agricultura familiar e também da economia solidária. Gostaria de dizer que entendo as razões que os deputados Milton Hobus e Maurício Eskudlark colocaram, gostaria muito que fosse frisado isto na Ata, porque é um compromisso aqui, senão vai ficar para nós, deputados, que somos inclusive colegas do deputado Dirceu Dresch, e também que trazemos na nossa luta essa defesa de que os pequenos, os agricultores, eles têm que entrar também no mercado de compras, nas compras públicas. Vai ficar muito ruim para cada deputado, aqui, se votar contra isso e passar essa mensagem. Então, eu quero justificar, nós vamos votar pelo veto, porém com esse compromisso muito explícito, que é para construir, a partir do reconhecimento, deputado Maurício Eskudlark, como líder do governo, que o governo assume este compromisso aqui. E eu ainda sou da época que a palavra valia! Eu acredito que se o governo disse que tem vontade, ele pode e deve fazer. Então, é muito sério e queremos aqui, também, dar o nosso aval, desde que fique publicamente registrado este compromisso por parte do governo, em criar estas alternativas. Ninguém perde, todos ganham especialmente Santa Catarina ganha. É isto, e eu quero que conste, inclusive, na divulgação da votação desta matéria a manifestação dos deputados Milton Hobus e Maurício Eskudlark.”

DEPUTADO NEODI SARETTA - “Senhor Presidente, em que pese à expectativa de que possa vir um projeto do governo, este projeto foi amplamente debatido. É um projeto, inclusive, que deu entrada aqui em 2015, depois houve um substitutivo, e nós também temos que fazer gestos imediatos para a agricultura familiar catarinense, que é tão importante para o desenvolvimento de Santa Catarina. Este gesto pode se verificar agora, às vezes eu tenho impressão, e não faço uma afirmação direta, de que há também vaidades, porque não é meu, não é do governo. Acho que as vaidades têm que ficar de lado e pensarmos mais no coletivo. Portanto, podíamos fazer um gesto já, hoje, em relação a este veto. Aqui não

é uma questão política, de ser governo ou não governo, mas sim uma questão em benefício da agricultura familiar catarinense, por isso eu voto pela derrubada do veto.”

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - “Senhor Presidente, fazendo justiça ao projeto do deputado Dirceu Dresch, foi praticamente um mandato de 2015 a 2018. Nós votamos aqui, no final do ano passado, o deputado Silvio Dreveck era o presidente da Casa. Mesmo na condição de líder do governo, à época, e sabendo que poderia eventualmente ser votado, ainda assim encaminhamos pela aprovação, deputado Vampiro, deste projeto, para fazer justiça não apenas ao deputado Dirceu Dresch, mas sim aos pequenos agricultores em Santa Catarina. E falo, deputado Moacir Sopelsa, como filho de agricultor, como um pequeno agricultor que produz hortaliças, orgânicas, não em benefício próprio, mas gostaria que o pequeno agricultor pudesse vender aquilo que produz, ter valorizado o seu produto de qualidade, e na maioria das vezes acaba sendo vencido por grandes grupos. Então, está na hora de se proteger aquele que mora lá, vizinho, na cidade ou na região, para que esse possa sobreviver, se mantendo onde mora, se mantendo na agricultura. Por isso, esse entendimento, deputado Maurício Eskudlark, deputado Milton Hobus, é muito importante para que o próprio governo corrija eventuais vícios, mas que encaminhe esse projeto para cá em valorização daquele que produz com tanta dificuldade, e como um gesto que o governo pratica em favor desses milhares de agricultores que temos em Santa Catarina.”

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 29 votos “sim”, dois votos “não” e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0200/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei n. 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Associação Espírita Divino Mestre, para Centro Espírita Divino Mestre, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n.0280/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca dos Hospitais Filantrópicos instalados no estado bem como a listagem do valor transferido a cada um deles por parte do Poder Executivo no ano de 2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0281/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca dos valores efetivamente pagos às obras/ações realizadas pelo governo na Rodovia Antonio Heil, Rodovia Jorge Lacerda, Centro de Inovação de Blumenau, Centro de Inovação Itajaí, Programa Entra 21, Escola Se-

nador Evilásio Vieira, Bairro Itoupavazinha) e obra de prevenção a enchentes em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0282/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do pacote de investimentos na ordem de R\$ 200 milhões anunciado para algumas regiões de Santa Catarina.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0283/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, solicitando ao secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do estágio do projeto de instalação de uma unidade do IML no município de Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0284/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, solicitando ao secretário de Estado da Administração, informações acerca dos imóveis pertencentes ao estado no município de Garopaba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0285/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao secretário de Estado da Educação, informações acerca dos Programas Novas Oportunidades de Aprendizagem, Mais Educação, Ambial, Escola Pública Integrada, Mais Saber, Ensino Médio Inovador e Ensino Médio em Tempo Integral.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0286/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário de Estado de Infraestrutura, informações acerca da gestão ao Aeroporto Regional Humberto Ghizzo Bortoluzzi, situado no município de Jaguaruna, considerando que o

contrato da Empresa RDL com o governo do estado está encerrando.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0296/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao superintendente regional da Caixa Econômica Federal em Lages, a viabilidade de abertura de processo licitatório que vise à instalação de uma agência lotérica nos arredores do Bairro Cidade Alta, no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0297/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, cumprimentando o secretário de estado da Saúde, pelos relevantes serviços prestados em prol da nova política hospitalar catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0298/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, cumprimentando o ato de coragem da guarda-vidas civil Thuany Platt, pelo resgate de três banhistas de um afogamento iminente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0299/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, cumprimentando a soldado bombeiro militar Stefania Adaime Veit, por ser a primeira mulher promovida por ato de bravura na história do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0300/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, cumprimentando a soldado bombeiro militar Stefania Adaime Veit, por ato de bravura no desarmamento de uma mulher que ameaçava disparar contra os bombeiros e cidadãos durante o atendimento de uma ocorrência de parada cardiorrespiratória, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0301/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, apelando ao presidente e ao superintendente Regional Sul do INSS, para que seja mantida em funcionamento a Agência do Município de Proto União.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0302/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, parabenizando o atleta Darlan Romani de Concórdia pela conquista do Título de Campeão de Arremesso de Peso na Competição "Diamond League" nos Estados Unidos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Neodi Saretta.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0303/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, apelando ao governador do estado, pela urgência e prioridade nos serviços de revitalização asfáltica, melhorias de sinalização e segurança na Rodovia SC-418.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0304/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, cumprimentando a senhora Iraci Sodré da Silva, por ter sido a primeira mulher catarinense a presidir uma Câmara Municipal de Vereadores no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 305/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, cumprimentando a Igreja Reviver, pelo trabalho realizado à sociedade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 306/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, cumprimentando a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Monsenhor Sebastião Scarzello, pela posse da nova diretoria.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 307/2019, de autoria da deputada Paulinha, apelando ao presidente da República e demais autoridades, para que se dê continuidade ao Programa Mais Médicos nos mesmos parâmetros anteriormente estabelecidos, de forma a garantir mais participação dos municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0747/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0748/2019, de autoria do deputado João Amin; 0749/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0750/2019, 0751/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0752/2019, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0753/2019, 0754/2019, 0755/2019, 0756/2019, 0757/2019, 0758/2019, 0759/2019 e 0760/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0761/2019, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0762/2019, de autoria da deputada Paulinha.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0890/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0891/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0892/2019 e 0910/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0893/2019, 0894/2019, 0895/2019, 0896/2019 e 0897/2019, de autoria do deputado Romildo Titor; 0898/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 0899/2019 e 0900/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo; 0901/2019 de autoria do deputado João Amin; 0902/2019, 0903/2019, 0904/2019 e 0905/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz; 0906/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes; 0907/2019 e 0908/2019 de autoria do deputado Neodi Saretta; 0909/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0911/2019 e 0912/2019, de autoria da deputada Paulinha; 0913/2019, de autoria do deputado Jair Miotto.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[*Taquígrafa: Ana Maria*]

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possam usar a tribuna o sr. Neri Luiz Miqueloto, prefeito municipal de Ouro, acompanhado da rainha,

Ana Leonora Bazzi Meneghini, e princesas Lavinia Gabriela Duarte e Maria Eduarda Danieleski, para divulgar e fazer convite para a Festa do Colono.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Tece comentários relativos ao Dia do Bombeiro, comemorado na presente data, e parabeniza todos os bombeiros militares, comunitários, voluntários e os guarda-vidas civis, enaltecendo os homens e mulheres que dia a dia ajudam o próximo com total dedicação, compromisso e trabalho.

Destaca que a instituição Corpo de Bombeiros é a mais confiável no Brasil pelo desempenho dos profissionais, que não medem esforços e, atualmente, em uma sociedade em que o egoísmo impera, os bombeiros demonstram altruísmo, abnegação, e até colocam suas próprias vidas em risco em prol de outra. Por isso, afirma que sonha com uma política com a mesma credibilidade dos bombeiros.

Ao mencionar as expressões coragem, responsabilidade e altruísmo, fala sobre duas histórias relacionadas a atos de bravura e que acontecem diariamente para os bombeiros, que são as duas moções de aplauso para duas grandes mulheres. Uma é a cabo bombeira militar, de Santa Catarina, Stefania Adaime Veit, por ato de bravura ocorrido em maio de 2017, em Florianópolis, no 1º Batalhão de Bombeiros Militar, com destaque na atuação, rendendo a ela uma promoção, sendo a primeira concedida a uma mulher na história da corporação, em 13 de junho passado. E a outra homenageada é a guarda-vidas civil, Thuany Platt, que no dia de folga, 21 de abril, na Praia do Saquinho, próximo à Praia da Guarda do Embaú, percebeu que havia três pessoas na água que foram arrastadas pela correnteza, e ela entrou no mar, fez o resgate de uma das vítimas, e entrou de novo no mar para resgatar as outras duas vítimas, porém a correnteza estava muito forte, e sustentou as vítimas sem equipamento, com a ajuda de uma prancha, até a chegada do helicóptero Arcanjo 01 e uma moto aquática do Corpo de Bombeiros, que os resgataram.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Cumprimenta cordialmente todos os bombeiros presentes nas galerias da Casa, e parabeniza o deputado pela iniciativa de homenagear as duas bombeiras. Comenta sobre o trabalho que desenvolveu na construção da Defesa Civil do estado e que teve o apoio de abnegados profissionais bombeiros, bem como quando foi prefeito de Rio do Sul.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Parabeniza a todos os bombeiros e informa que quando prefeito de Concórdia sempre contou com a pronta colaboração dos bombeiros

militar e voluntários, principalmente nos momentos mais difíceis.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Diz que conhece a história de luta do deputado como bombeiro e o parabeniza por tudo, principalmente pela credibilidade que tem e espera que na política também seja assim.

Deputado Sérgio Motta (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo Dia do Bombeiro, pelas homenagens e relata que está vivo por ter sido salvo por um guarda-vidas do Corpo de Bombeiros.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Corroborar a fala do deputado e comenta sobre as diversas catástrofes que ocorreram na região do Vale do Itajaí e que a instituição Corpo de Bombeiros sempre esteve presente para ajudar. [*Taquígrafa: Sílvia*]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Repercute na tribuna o pacto de livre comércio firmado entre União Europeia e Mercosul, representando o maior acordo sancionado atualmente, cujo objetivo é reduzir tarifas e ampliar o comércio entre os dois blocos, beneficiando o Brasil, especialmente Santa Catarina.

Por outro lado, comenta que o referido pacto traz grandes desafios na competição entre nações detentoras de legislação trabalhista avançada e também com as que não possuem leis específicas. Diz que o Brasil é o país onde se concentra 90% de todas as ações trabalhistas do mundo, acrescentando ainda que, segundo a revista *The Economist*, o Brasil está há 60 anos com a produtividade estagnada, ou seja, os brasileiros produzem exatamente a mesma coisa devido a diversas situações, especificamente à pesada carga tributária, dificultando a competição com grandes *players globais* ou empresas que participam da concorrência internacional, além da carência de leis trabalhistas mais avançadas para maior produtividade.

Enfatiza a necessidade de o Brasil fazer reformas para reduzir a burocracia, gastos públicos, diminuir a carga tributária, alterar a legislação trabalhista, evitando a exclusão de pessoas e jovens no mercado de trabalho. A respeito do referido item, pontua o prazo de 10 anos para que o Brasil modifique a situação atual, e acrescenta que a Frente Parlamentar do Livre Comércio da Desburocratização tem como objetivo tornar Santa Catarina mais livre para competir com outras regiões do mundo.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Concorda com o deputado ao afirmar que a burocracia é o maior entrave para o desenvolvimento econômico, social e humano de um país. Comemora o acordo econômico entre a União Europeia e o Mercosul, favorecendo o liberalismo e o comércio internacional, e parabeniza o presidente Jair Bolsonaro por ratificar tão honrosa proposição. [*Taquígrafa: Elizamar*]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente à hora regimental. [*Revisão: Taquígrafa Sara*].

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Comunica a presença, no Parlamento catarinense, acompanhando a sessão, das lideranças do município de Iraceminha, vereadores Tumelero e Josemar Simionato, e o secretário da Infraestrutura Carlão Zanella e também o contador Lauri, dando boas-vindas a todos.

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Fala sobre o seu desejo de buscar economia, começando pelo seu gabinete, e constata que a Casa realmente tem economizado, havendo sobras que poderiam ser devolvidas mensalmente aos cofres públicos para que sejam saldadas dívidas tanto da Educação quanto da Saúde.

Fala que, por ocasião do voto do Duodécimo, muitos comprometeram-se para que as sobras dos Poderes, inclusive deste, fossem devolvidas para o governo. Neste sentido, tem observado que as dívidas estão rolando enquanto o dinheiro fica trancado, não movimentando o que precisa ser movimentado. Assim, o governo do estado protocolou nos Poderes um pedido oficial para fazer devolução desses valores, que no ano passado, juntamente com Alesc, TSE, MP e TJ somou aproximadamente R\$ 180 milhões. Deixa o seu apelo pela união em favor desta pauta, fazendo com que o governo possa trabalhar.

Também fala sobre os agentes sócioeducativos, um assunto que considera importante, além de salientar que segundo o

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos últimos 12 anos, aumentou mais de seis vezes a incidência de encarceramento de menores de idade.

Traz imagens comparativas entre as instalações de uma escola pública e do Case, mostrando que este último é privilegiado em relação às escolas, com salas de aula pequenas e poucos alunos, médico, dentista, enfermeiro, psicólogo, ginásio de esportes, sem falar na figura do agente sócioeducativo, monitorando-os em suas necessidades.

Indaga se neste caso o crime não seria compensatório, pois os menores infratores têm praticamente um ambiente de férias onde são acolhidos, com regalias que não conhecem no seu dia a dia. Também entende que esta discrepância nos valores em relação às demais escolas é herança ideológica. Inclusive, tem dúvidas quanto à recuperação desses jovens com esse tratamento tão "humanizado" do Case, que faz com que pensem que o crime compensa, pois o ambiente é muito bom.

Defende penas mais duras, porque enquanto estiver fácil o crime compensa. Ele vai roubar e se for pego vai para o Case, sai, e faz novamente, ficando difícil de resolver tal situação, pois quem sofre não é só a sociedade, que fica à mercê de delinquentes, mas também os agentes socioeducativos, que têm que lidar com os infratores e não têm como se proteger dentro e fora das unidades.

Deputado Laércio Schuster (Aparteante) - O governador do estado, através de um projeto de lei em parceria com o Parlamento, está modificando o seu olhar para a Saúde, premiando 110 hospitais, no estado, pela sua gestão e capacidade técnica. Da mesma forma, tal medida poderia ser adotada com as escolas, porque as realidades são muito diferentes, algumas escolas possuem estrutura, e outras, nenhuma. Acredita que, com essas medidas, não haveria mais escolas em situação precária, comparativamente ao Case.

Volta ao tema das sobras dos Poderes, e fala que, enquanto prefeito, a Câmara fez economia e devolveu ao Executivo mais de um milhão de reais por ano para ajudar nos desafios do governo. O mesmo compromisso tem nesta Casa, de economizar para que estes valores retornem ao governo e possa executar as prioridades para os catarinenses. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Elogia o pronunciamento anterior do deputado Jessé Lopes, com relação ao centro de internamento. Acrescenta, informando que o ministro Moro esteve em Santa Catarina e observou o sistema de prisional do estado, que serve como exemplo nacional.

Enaltece as escolas militares e defende que este sistema deve ser implementado em todo o estado, e que seja inclusivo para todos os níveis sociais. Acredita que o ideal seria administração mista, nas escolas, para que se garanta disciplina, hierarquia e respeito.

Comenta que recebeu um relatório da Fetranesc, informando que há uma preocupação com a logística, a infraestrutura e a situação das rodovias catarinenses. Relata que o ministro dos Transportes esteve em Itajaí e Florianópolis para analisar as rodovias. E acrescenta que haverá uma reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, na próxima sexta-feira, em Chapecó, com deputados federais, senadores e deputados estaduais da Frente Parlamentar do Oeste para tratar assuntos relacionados à situação das rodovias.

Cita os problemas de manutenção nas rodovias SC-163, BR-282 e BR-470, que estão prejudicando o transporte de produtos no estado, além de transtornos a todos os usuários. Finaliza, agradecendo a Fetranesc, a Frente Parlamentar dos Transportes pelos esforços para reverter essa situação. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspense a sessão até às 15h, retornando no horário destinado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Inicia, falando sobre os agentes socioeducativos, que não podem usar armas para se proteger, o que é inaceitável já que os mesmos trabalham no dia a dia com menores infratores. Questiona o fato e mostra vídeo onde inúmeros menores, que fazem parte de milícias, treinam como assaltar bancos, pessoas, ônibus e outras instituições. Alguns menores com nove anos dando entrevista, outros já praticaram mais de dez homicídios, sendo que alguns agentes relatam que, durante

uma invasão, os menores roubavam tudo dos mesmos, até as alianças, humilharam muitos e os jogaram na lama. Um agente chega a dizer que muitos menores são mais perigosos que os adultos, e a lei protege demais os adolescentes. Apresenta vídeo para ilustrar a sua fala.

Informa que o mais absurdo é que o único aparato de segurança que os agentes socioeducativos podem usar são os coletes salva vidas, ou seja, o estado reconhece a periculosidade do trabalho, mas não dá as devidas condições para defenderem suas vidas. Destaca que até as nomenclaturas foram mudadas, por exemplo, quando um adulto assassina alguém isto se chama crime, quando um menor de idade comete a mesma ação, chama-se ato infracional, e quando vai preso não é presidiário, é um sócio-educando, e não fica em presídio, mas numa unidade de internação. Demonstra preocupação em relação à questão, mencionando que são mais de 60 mil homicídios por ano, os trabalhadores estão à mercê dos criminosos, devido a questões ideológicas que estamos vivendo no país.

Comunica que na presente data apresentou à Casa uma moção de aplauso a Flávio Bolsonaro, porque o mesmo tem um projeto que objetiva incluir os agentes socioeducativos no SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, pois eles lidam com marginais. Conclui, afirmando que vai lutar por esta questão, vai ajudar e solicita apoio de todos os colegas parlamentares.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corrobora a manifestação do deputado, dizendo que a última barreira antes do caos social é a segurança pública, é o policial, o agente prisional e o agente socioeducativo, todos têm que andar armado para ter a possibilidade de defesa.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema na tribuna, ressaltando que a Lei n. 10.826/2003 tem que ter melhor interpretação, o Estatuto do Desarmamento tem que ser revisto no Brasil.

Deputada Ana Campagnolo (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo assunto, lembrando uma frase do professor Olavo de Carvalho, "o poder emana do povo e contra ele será exercido". Todos os profissionais da Segurança Pública, todo cidadão brasileiro deve ter o direito de se defender. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Inicia, falando que Santa Catarina é lembrada em muitos lugares por suas festas e pela sua composição, oriunda da mistura de povos de diferentes nacionalidades.

Registra importante solenidade que será promovida pela Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, com intuito de homenagear moradores antigos e apresentar a história da região. Considera importante reconhecer e valorizar essas pessoas por toda a contribuição que dedicaram ao desenvolvimento do local.

Conta que acontecerá em Santa Catarina o *Bananalama*, maior encontro de trilheiros do mundo, com a participação de mais de quatro mil pessoas. Convida a todos para conhecer a festividade, que gera muitos recursos para a cidade de Corupá.

Conclui, falando sobre o Festival Gastronômico de Pomerode, enaltecendo a cidade como referência no turismo de Santa Catarina. Informa que o evento fará um passeio pelos sabores da Alemanha, oferecendo pratos típicos de diversas regiões do país citado.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Parabeniza o deputado e salienta que festas típicas sempre são bem-vindas.

Deputado Laércio Schuster (Aparteante) - Parabeniza o deputado por registrar a abertura do Festival Gastronômico de Pomerode. Diz que a cidade apresenta bons exemplos de como o turismo pode fortalecer a economia de uma região. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Tece comentários a respeito da proposta de emenda constitucional referente a energias não renováveis, as quais podem trazer problemas à saúde, para o setor agrícola e pecuário, contaminar rios e até mesmo águas subterrâneas, como as águas do Aquífero Guarani no estado.

Menciona que está na sua última semana como parlamentar, mas que espera contar com o apoio dos nobres colegas sobre a proposta citada.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela fala e o considera um grande mestre parlamentar. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Tece críticas à decisão do STJ sobre o Recurso Especial, que afasta o Código Florestal Catarinense e a Lei de Parcelamento de Solo dos Municípios, prejudicando a construção civil do estado de Santa Catarina. Cita o exemplo de uma empresa que comprou um terreno, em Balneário Camboriú, por R\$ 100 milhões e, ao começar a construção, uma ação do Ministério Público suspendeu as obras e inviabilizou o imóvel, por conta desta decisão do STJ.

Informa que esteve em Brasília e conversou com alguns deputados catarinenses, e acrescenta que construiu, junto com o deputado Peninha, uma proposta de lei que regulamenta as construções em área urbana consolidada, resolvendo assim a questão da construção civil no estado. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Discorre sobre a situação do Cepon, que após a aprovação da Reforma Administrativa ficou fora do organograma ligado à superintendência dos hospitais públicos. Conta que, em função disso, o governo exonerou os cargos de direção da organização e, no momento, estão sem nomeação.

Registra que protocolou, na Casa Legislativa, pedido de informação para saber qual medida será tomada pelo governo do estado referente à situação dos servidores do Cepon. Salienta que existe grande preocupação, pois a instituição conta com 172 servidores, sendo 40 médicos oncologistas.

Conclui, fazendo apelo ao governo do estado pelo chamamento de bombeiros excedentes do último concurso público da categoria.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo seu pronunciamento, enaltecendo a qualidade dos serviços prestados pelo Cepon.

Deputado João Amin (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo alerta referente ao Cepon, e diz que o Hemosc está passando pela mesma situação, devido à informalidade que acabou sendo gerada pela Reforma Administrativa. [Taquígrafa: Elzamar]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0045/2019.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0200/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0287/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, solicitando ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da empresa vencedora do processo licitatório para execução das obras de revitalização da Rodovia SC-114, no trecho compreendido entre os municípios de São Joaquim e Painel.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0288/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário de estado da Educação, informações acerca de reformas na E.E.B. Campos Salles, situada no município de Bocaina do Sul, no que se refere à acessibilidade dos alunos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0289/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário da Educação informações acerca

da real situação do Programa Mais Educação no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0290/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca das medidas para manter a lotação dos servidores no Cepon em face da Lei nº 13.839/06.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0308/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, manifestando congratulações ao presidente da Epagri pela dedicação, conquistas e avanços na pesquisa, extensão rural e pesqueira em prol do desenvolvimento social e econômico do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0309/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense para que envide esforços na criação de um fundo nacional de proteção e bem-estar animal.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0310/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, cumprimentando os senadores Major Olimpio, Fernando Bezerra Coelho e Flávio Bolsonaro, pela autoria do Projeto de Lei nº 3.358/2019 que, entre outras coisas, inclui os Agentes Socioeducativos no Sistema Único de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0311/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, manifestando apoio ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0312/2019, de autoria do deputado Jerry Comper, manifestando aplausos ao atleta Ymanitu Geon da Silva pela trajetória de superação e conquistas como tenista profissional paraolímpico e primeiro brasileiro a disputar o Grand Slam de Roland Garros na categoria cadeira de rodas, bem como pelos excelentes serviços prestados ao paradesporto tijuquense, com repercussão catarinense e nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0313/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, solicitando aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados a inclusão dos servidores estaduais e municipais no texto da Reforma da Previdência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0314/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, cumprimentando a coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFSC, pela passagem dos 10 anos de serviços em prol do desenvolvimento e valorização da educação do campo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0315/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, apelando ao Fórum Parlamentar Catarinense, na pessoa do deputado Federal Fábio Schiochett, para que busque soluções para os perigos enfrentados pelos motoristas catarinenses que trafegam na BR-470, no trecho em Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0316/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, cumprimentando o cientista e Professor Hermes-Lima, pelo lançamento oficial do Movimento Docentes Pela Liberdade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0763/2019,

de autoria da Bancada do PT; 0764/2019, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0765/2019 e 0771/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0766/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0767/2019, 0768/2019 e 0775/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0769/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0770/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0772/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 0773/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão; 0774/2019, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0776/2019 e 0777/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0914/2019 e 0925/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0915/2019, 0916/2019, 0917/2019 e 0918/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0919/2019 e 0923/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 0920/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0921/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins; 0922/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0924/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0926/2019 e 0927/2019, de autoria do deputado Sergio Motta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Elzamar]

Explicação Pessoal

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Traz boas notícias referentes à Segurança Pública, e apresenta gráficos que comprovam a redução significativa da criminalidade em Santa Catarina. Quanto aos homicídios, constata que houve uma queda de 23,4% no mês de junho, em comparação ao ano anterior. Também cita que na questão dos roubos houve redução de 70,43%, e quanto aos furtos reduziram 80,3%.

Ressalta que a diminuição desses índices é fruto de diversos fatores, como a política acertada do governador Moisés em fazer um colegiado de Segurança Pública; o esforço de cada instituição em fazer o combate ao crime organizado, cujo trabalho enaltece; e também o fator Bolsonaro, com a liberalização segundo critérios legais da posse e porte de armas de fogo para o cidadão de bem poder se defender.

Diz que hoje o bandido tem medo de entrar na casa do cidadão, num comércio ou numa indústria, porque sabe que lá vai encontrar alguém em condições de se proteger. Repete que é favorável à liberalização da posse e do porte de armas de fogo no Brasil, pois é um direito de cada pessoa de bem defender os seus direitos constitucionalmente assegurados.

Parabeniza a cada policial, a cada servidor de todas as instituições envolvidas na Segurança Pública, bem como aos seus comandos e ao governador que soube fazer este colegiado, com ações integradas que vêm trazendo resultados positivos para o estado,

que está progredindo economicamente e se desenvolvendo socialmente, atendendo os anseios da sua população.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Parabeniza pelo tema e pela divulgação, porque os números não mentem. Enaltece o trabalho da Polícia catarinense, que está conseguindo reduzir significativamente o número de crimes no estado. Também traz uma reflexão sobre os percentuais fixos que são destinados à Saúde e Educação, bem como aos Poderes, e indaga porque não fazer o mesmo com Segurança Pública, destinando à

mesma um percentual obrigatório do Orçamento.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Concorda que o governo do estado tem sido um exemplo também quanto à Segurança Pública, além disso, implementando ações que resgatam a confiança e afastam da marginalidade, fazendo com que o estado seja um exemplo para o país. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) - Tece elogios sobre a obra da terceira faixa na Via Expressa, ressaltando que a marcação das pistas ocasionou congestionamentos.

Neste sentido, relata que houve uma reunião na quinta-feira passada com entidades do DNIT, da Secretaria da Infraestrutura e da Prefeitura, que resultou na solução do congestionamento no acesso à ilha. Finaliza, parabenizando todas as entidades envolvidas. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Revisão: Taquígrafa Sara].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 121/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 032/2019-00, celebrado em 25/06/2019.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).
 CONTRATADA: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda.
 CNPJ: 09.053.748/0001-27
 OBJETO: Aquisição de 24 banquetas, a serem instalados nas dependências da nova sede da ALESC - Unidade Administrativa nos ambientes das copas, localizadas do 1º ao 8º andar.
 VIGÊNCIA: compreendida entre a data de sua assinatura (25/06/2019) e o recebimento definitivo do objeto.
 VALOR GLOBAL: R\$ 3.470,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório LIC nº 15 de 03/05/2019 e; Edital de Pregão Presencial nº 10 de 10/06/2019.
 Florianópolis/SC, 8 de Julho de 2019
 Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral
 Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo
 Francieli Bagatoli- Sócia

_____ * * *

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0358.2/2019

Florianópolis, 03 de Julho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Carl Hoepcke, de Florianópolis, referente ao exercício de 2018.
 Annita Hoepcke da Silva
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0359.3/2019

Rio Fortuna, 01 de Julho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna, referente ao exercício de 2018.
 Volnei Exterkoetter
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0360.7/2019

Joinville, 02 de julho de 2019.
 Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville (AAPJ), referente ao exercício de 2018.
 Sérgio Sant'anna
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0361.8/2019

São José/SC, 01 de julho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação dos Portadores da Síndrome de Down - Amigo Down, de São José, referente ao exercício de 2018.

Vivian dos Santos Beuttemüller Senra
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

OFÍCIO Nº 0362.9/2019

Lages(SC), 03 de julho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Rural de Lages, referente ao exercício de 2018.

Márcio Cícero Neves Pamplona
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

OFÍCIO Nº 0363.0/2019

Caibi SC, em 28 de junho de 2019.
 Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Caibi, referente ao exercício de 2018.

João Henrique Demartinini
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

OFÍCIO Nº 0364.0/2019

Rancho Queimado - SC
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Rancho Queimado, referente ao exercício de 2018.

Lucas Augusto Heinz
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

OFÍCIO Nº 0365.1/2019

Itajaí, 28 de Junho de 2019.
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí, referente ao exercício de 2018.

Rosane Lundin
 Diretor Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

OFÍCIO Nº 0366.2/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2018.

Magali Gruber Maito
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 09/07/19

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0367.3/2019

Mafra-SC, 29/06/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores e Amigos Primavera (AMAP), de Mafra, referente ao exercício de 2018.

Valmir Good
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0368.4/2019

Joinville, 28 de junho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação para Integração Social de Crianças e Adultos Especiais, de Joinville, referente ao exercício de 2018.

Rosa Dealtina Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0369.5/2019

Caibi, SC, 26 de junho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Beneficente São José, de Caibi, referente ao exercício de 2018.

Idelso Agostinho Cecon
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0370.9/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Neotrentina (ASN), de Nova Trento, referente ao exercício de 2018.

Lourdes Leoni Cadorin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0371.0/2019

São Francisco do Sul, 20 de julho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Porta do Sol de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2018.

Isabel Pereira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0372.0/2019

Ofício FEAPAES/SC nº 94/2019

Florianópolis (SC), 04 de Julho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (FEAPAES), em Florianópolis, referente ao exercício de 2018.

Lorena Starke Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0373.1/2019

Rio Fortuna, 25 de junho de 2019.

Ofício nº 061/2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Rio Fortuna, referente ao exercício de 2018.

Dionísio Willemann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0374.2/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Angelina, referente ao exercício de 2018.

Luzia Schmitz Hammes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0375.3/2019

Blumenau - Santa Catarina

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Educacional e Assistencial Shalom, de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

Ricardo Mahle
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0376.4/2019

Jacinto Machado, 02 de Julho de 2019.

Ofício nº 08/AVHSR/2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2018.

Ilma Generoso Matias Bernardo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0377.5/2019

Of. 011/2019 Florianópolis, 5 de julho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Divina Providência, de Florianópolis, referente ao exercício de 2018.

Adelaide Marcelino Pereira (Irmã)
Diretora Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0378.6/2019

Of. Nº 05/2019 Florianópolis, 04 de julho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Academia Catarinense de Letras (ACL), de Florianópolis, referente ao exercício de 2018.

L.M. Pinheiro Neto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0379.7/2019

Blumenau, 17 de Junho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coral Santa Cecília, de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

Eligia Westarb
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0380.0/2019

Blumenau, 17 de Junho de 2019.

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa São Simeão, de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

Alexandre Barbosa Tonin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0381.1/2019

Blumenau, 17 de Junho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Cultural Blumenau Karate-DO, de Blumenau, referente ao exercício de 2018.

Vanderlei Machado de Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

OFÍCIO Nº 0382.2/2019

Ofício nº 020/2019 Galvão, 01 de julho de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Galvão, referente ao exercício de 2018.

Idir Canci
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/07/19

* * *

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1740, de 25 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDSON TADEU BEZ, matrícula nº 1085, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 15 (quinze dias), a contar de 24 de junho de 2019 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Neroci da Silva Raupp

Diretor-Geral

Republicada por Incorreção

* * *

PORTARIA Nº 1840, de 10 de julho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIOMIRO DA SILVA**, matrícula nº 6593, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de julho de 2019 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1841, de 10 de julho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **RAYSSA HEMANUELY DALMAGRO CABRAL**, matrícula nº 9352, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-86 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de julho de 2019 (Gab Dep Ivan Naatz).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1842, de 10 de julho de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta da Comunicação Interna nº 0278/2019, de 09/07/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor **MARCELO HENRIQUE BELLO**, matrícula nº 2167, a contar de 16 de maio de 2019.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

* * *

PORTARIA Nº 1843, de 10 de julho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR VINICIUS DA SILVA SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PSB - Garopaba).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1844, de 10 de julho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ARLINDO RAMA, matrícula nº 6848, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

* * *

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0008.6/2019

Altera o § 5º do art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de tornar facultativa a realização de audiência pública regional para as emendas ao projeto de lei orçamentária anual.

Art. 1º O § 5º do art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120.....

§ 5º Para emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a Assembleia Legislativa, por intermédio de comissão específica, poderá sistematizar e priorizar, em audiência pública regional prevista no inciso III do § 2º do art. 47 desta Constituição, as propostas resultantes de audiências públicas municipais efetivadas pelos poderes públicos locais entre os dias 1º de abril e 30 de junho de cada ano, nos termos da regulamentação.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado **Julio Garcia** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Moacir Sopelsa

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Sargento Lima

Deputado Volnei Weber

Deputado Milton Hobus

Deputado Valdir Cobalchini

Deputado Marcos Vieira

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Nilso Berlanda

Deputado João Amin

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/19

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina, que a Mesa ora apresenta a este Parlamento, tem a finalidade de tornar facultativa a realização de audiência pública regional para as emendas ao projeto de lei orçamentária anual, prevista

no § 5º do art. 120 da Constituição do Estado, tendo em vista as enormes dificuldades que se apresentam para a adequada operacionalização desse dever constitucional, por parte da Assembleia Legislativa, tanto que, nos últimos dois anos, a despeito dos esforços envidados, as audiências públicas regionais não puderam ser efetivadas.

Para tanto, faz-se necessária a alteração do citado § 5º do art. 120 da CE, nos termos da PEC em questão.

Ante o exposto, a Mesa solicita aos Deputados a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição catarinense.

Deputado **Julio Garcia** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Sargento Lima

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Volnei Weber

Deputado Milton Hobus

Deputado Marcos Vieira

Deputado Valdir Cobalchini

Deputado João Amin

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Mauro de Nadal

* * *

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0222.2/2019

Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do disposto no inciso IV do caput do art. 1º, no parágrafo único do art. 170 e no caput do art. 174 da Constituição Federal.

Art. 2º São princípios que norteiam o disposto nesta Lei:

I - a liberdade no exercício de atividades econômicas;

II - a presunção de boa-fé do particular; e

III - a intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

Art. 3º Para os fins dos dispostos nesta Lei consideram-se atos públicos de liberação de atividade econômica a licença, a autorização, a inscrição, o registro, o alvará e os demais atos exigidos com qualquer denominação, inclusive no âmbito ambiental, sanitário e de edificação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, bem como condição prévia para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a instalação, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO ESTADUAL DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA

Art. 4º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal:

I - desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou terceiros consensuais, sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica;

II - produzir, empregar e gerar renda, assegurada a liberdade para desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, observadas:

a) as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de combate à poluição sonora e à perturbação de sossego;

b) as restrições advindas de obrigações do direito privado, incluídas as situações de domínio de um determinado bem ou de partes de um bem por mais de uma pessoa simultaneamente;

c) as normas referentes ao direito de vizinhança;

d) a legislação trabalhista;

III - não ter restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda no mercado não regulado;

IV - receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento;

V - gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação da legislação cabível serão resolvidas de forma a preservar a autonomia de sua vontade, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;

VI - desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento, que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos;

VII - implementar, testar e oferecer, gratuitamente ou não, um novo produto ou serviço para um grupo privado e restrito de pessoas maiores e capazes, que se valerá exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, após livre e claro consentimento, sem requerimento ou ato público de liberação da atividade econômica, exceto em hipóteses de segurança nacional, de segurança pública ou sanitária ou de saúde pública, respeitada a legislação vigente, inclusive no que diz respeito à propriedade intelectual;

VIII - ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Lei, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular receberá imediatamente um prazo expresso que estipulará o tempo máximo para a devida análise de seu pedido e que, transcorrido o prazo fixado, na hipótese de silêncio da autoridade competente, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvada as hipóteses expressamente vedadas na lei; e

IX - arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equiparará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput, consideram-se como de baixo risco todas as atividades econômicas que não sejam expressamente definidas como alto risco em lei ou decreto estadual.

§ 2º A fiscalização do exercício do direito de que trata o inciso I do caput será realizada posteriormente, de ofício ou como consequência de denúncia encaminhada à autoridade competente, cabendo à administração pública o ônus de demonstrar, de forma expressa e excepcional, a imperiosidade da eventual restrição.

§ 3º Para fins do disposto no inciso VII do caput, entende-se como restrito o grupo de integrantes não superior aos limites necessários para a prática da modalidade de implementação, teste ou oferta.

§ 4º O disposto no inciso VIII do caput não se aplica quando:

I - versar sobre questões tributárias de qualquer espécie;

II - versar sobre situações, prévia e motivadamente, consideradas pelo órgão ou pela entidade da administração pública responsável pelo ato de liberação da atividade econômica como de justificável risco;

III - a decisão importar em compromisso financeiro da administração pública; e

IV - houver objeção expressa Lei.

§ 5º A aprovação tácita prevista no inciso VIII do caput não se aplica quando a titularidade da solicitação for de agente público ou de seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, dirigida a autoridade administrativa ou política do próprio órgão ou entidade da administração pública em que desenvolva suas atividades funcionais.

§ 6º Os prazos a que se refere o inciso VIII do caput serão definidos individualmente pelo órgão ou pela entidade da administração pública solicitado no momento do pedido, observados os parâmetros uniformes do próprio órgão ou da entidade, não ultrapassando os prazos de 30 dias para atos relacionados à atividade de baixo risco de 90 dias para atos relacionados à atividade de alto risco.

§ 7º É vedado exercer o direito de que trata o inciso VII do caput quando a atividade envolver o manuseio de tecnologia e substâncias de uso restrito.

Art. 5º Serão consideradas atividades econômicas de baixo risco aquelas regulamentadas por decreto.

CAPÍTULO III

DAS GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA

Art. 6º É dever da administração pública estadual e dos demais entes que se vinculam ao disposto nesta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual

esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento à previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;

II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores, nacionais ou estrangeiros, no mercado;

III - criar privilégio exclusivo para determinado segmento econômico, que não seja acessível aos demais segmentos;

IV - exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado;

V - redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco;

VI - aumentar os custos de transação sem demonstração de benefícios;

VII - criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço, ou atividade profissional, inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros.

VIII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas; e

IX - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei.

CAPÍTULO IV

DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 7º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública municipal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.

§ 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, e sobre as hipóteses em que poderá ser dispensada.

§ 2º A análise de impacto regulatório de que trata o caput deverá ser disponibilizada em sítio eletrônico oficial do respectivo órgão, em local de fácil acesso, disponibilizando também as fontes de dados usados para a análise, preferencialmente em formato de planilha de dados, sem prejuízo da divulgação em outros locais ou formatos de dados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

Deputada Ana Campagnolo

Deputado Coronel Mocellin

Deputado Jessé Lopes

Deputado Ricardo Alba

Deputado Sargento Lima

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/19

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica e de estabelecer garantias de livre mercado. Tal iniciativa visa adequar a legislação catarinense ao modelo de desburocratização e simplificação das relações entre empreendedores e o Estado, adequando Santa Catarina aos parâmetros estabelecidos pela MP da Liberdade Econômica, instituída pelo Governo Federal.

No Brasil o conceito de liberdade econômica surge com alguma relevância na Constituição Imperial de 1824, em seu art. 179, inciso XXIV, assegurando que “nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança, e saúde dos cidadãos”.

Foi com base neste princípio, que já na Constituição Republicana de 1891, a ideologia do liberalismo permaneceu inalterável, haja vista que o art. 72, § 24 consignou: “é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”.

As interferências do Estado na ordem econômica brasileira passaram efetivamente para o texto constitucional de 1934, sob a influência das Constituições Mexicana de 1917 e Alemã de 1919. Culminando com o texto do art. 135 da Carta de 1937 que previa a intervenção do Estado no domínio econômico.

A livre iniciativa, como fundamento da ordem econômica, ganhou relevância apenas em 1988, através do art. 170 da CF “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: II - propriedade privada; IV - livre concorrência. Bem como do

art. 1º “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”

Pretende-se com o presente projeto de lei, trazer para o ordenamento jurídico catarinense o arcabouço legal definitivo, para que seja respeitado o comando legal constante no parágrafo único do art. 170 da CF “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”

Não obstante a necessidade de que se preencha o vazio legal no que se refere a livre iniciativa, o projeto de lei em tela encontra-se dentro de um contexto da real necessidade do ente estatal caminhar para uma inédita desburocratização da máquina pública, para que esta possa estar voltada aos princípios fundamentais da existência do Estado, são eles: Saúde, Educação e Segurança.

Assim, por princípio, defende-se com este Projeto de Lei seja ferramenta para agilizar no setor público, o trâmite, e/ou a permissão para que o indivíduo possa, por recursos próprios, empreender atividades laborais para o próprio sustento, bem como da família, podendo inclusive gerar emprego e renda a outras pessoas. Um ambiente menos burocrático para quem quer empreender, ataca o que hoje é o principal drama dos brasileiros e catarinenses, o desemprego.

O referido projeto de lei visa o direito de toda pessoa de desenvolver atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada, sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica. Essa iniciativa é especialmente relevante para o ecossistema de startups, pois caso suas atividades se enquadrem no conceito de baixo risco não será necessário obtenção de alvarás e autorizações de funcionamento - uma burocracia muitos vezes excessiva para essas empresas.

Também busca padronizar a interpretação de fiscais e agentes públicos para atos de autorização de atividade econômica de baixo risco. As decisões de alvará e licença terão efeito vinculante: o que for definido para um cidadão, deverá valer para todos em situação similar, garantindo o princípio da isonomia e evitando arbitrariedades.

Além disso, fundamenta-se nos princípios de liberdade no exercício de atividade econômica, presunção de boa-fé do particular e intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas. A redução de burocracia agiliza o processo empresarial e permite melhores resultados na atividade econômica, entre eles o aumento da competitividade, a redução de preços e o avanço nas relações comerciais.

Sala das Sessões,

Deputado Felipe Estevão

Deputada Ana Campagnolo

Deputado Coronel Mocellin

Deputado Jessé Lopes

Deputado Ricardo Alba

Deputado Sargento Lima

_____ * * * _____

PROJETO DE LEI Nº 0223.3/2019

Altera o art. 6º da Lei nº 16.722 de 2015, que Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses.

Art. 1º O art. 6º da Lei 16.722 de 08 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 6º Cada município poderá receber até 3 (três) denominações adjetivas.

Parágrafo único. Os municípios que já receberam mais de 3 (três) denominações até a vigência desta Lei poderão mantê-las.”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jair Miotto

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/19

JUSTIFICAÇÃO

Trago à consideração deste parlamento proposta de lei que visa alterar o art. 4º da Lei nº 14.369 de 30 de janeiro de 2008, que estabelece normas para o deferimento de denominação adjetiva aos municípios catarinenses.

Conforme o dispositivo legal citado, cada município poderá receber somente uma denominação adjetiva.

Com efeito, por meio deste projeto de lei, pretende-se uma flexibilização da norma vigente para que se possibilite que determinados municípios possam receber até 3 (três) denominações adjetivas, vez que muitos deles possuem diversas características, peculiaridades e atividades que, também, os tornam entes federados de destaque e, como tal, merecem ser reconhecidos.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Jair Miotto

_____ * * * _____